



Mantida Pela Instituição Toledo de Ensino
Reconhecida pelo Governo Federal - Decreto N.º 40.230 DOU: 31/10/56
Reconhecimento Renovado – Portaria/MEC Nº. 226 de 18/03/2008- DOU: 19/03/2008 Bauru -
Estado de São Paulo

COLETÂNEA DE RESUMOS DE ARTIGOS

2015

RESPONSÁVEIS:

Núcleo de Iniciação Científica - *NIC*

Núcleo de Integração e Pesquisa - *NIPE*

Supervisoras: Prof^a. Ma. Audrey do nascimento Sabbatini Martins - *NIC*

Prof^a. Dra. Lilia Christina de Oliveira - *NIPE*

ÍNDICE

- ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UMA FERRAMENTA IMPORTANTE PARA A TOMADA DE DECISÕES
- A AÇÃO AFIRMATIVA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
- A CONCESSÃO DO AEROPORTO DE GUARULHOS E SEUS BENEFÍCIOS
- A CULPABILIDADE DOS ORGANIZADORES DA INTERREPS
- A DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE TOMADA DE DECISÃO
- A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA NA PERSECUÇÃO DO CRIME
- A IMPORTÂNCIA DO TUTOR EM AMBIENTES DE ENSINO-APRENDIZAGEM E FERRAMENTAS DE AVALIAÇÕES EAD
- A MEDIAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
- A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
- A SELETIVIDADE PENAL COMO UM DOS FATORES DA (IN)EFICÁCIA VERTICAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM RELAÇÃO AOS NEGROS NO BRASIL
- ALGORÍTIMO PARA ANÁLISE MALWARES
- ANÁLISE DOS TIPOS DE ROTORES DE HELICÓPTEROS
- AS CAUSAS DOS MAIORES PROBLEMAS DA PETROBRAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS, ANALISANDO DADOS E ACONTECIMENTOS DA EMPRESA NOS ÚLTIMOS ANOS
- AS NOVAS ENTIDADES FAMILIARES À LUZ DA DIGNIDADE HUMANA
- ASSISTENCIALISMO E TRIBUTOS SOB A ÓTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
- BIOGRAFIAS PROIBIDAS
- BNDES: UM ESTUDO DO PROGRAMA DE APOIO À INOVAÇÃO
- DANOS MORAIS CAUSADOS PELA INFIDELIDADE CONJUGAL
- DIREITO AO SILÊNCIO COMO GARANTIA CONSTITUCIONAL
- DIREITOS DE DEFESA DA INTEGRIDADE MORAL NA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO
- DIREITOS HUMANOS E TRIBUTAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
- DOAÇÃO POST MORTEM DE ÓRGÃOS E INCAPACIDADE CIVIL RELATIVA – CONSCIENTIZAÇÃO DO PROVÁVEL DOADOR

- ECONOMIA DA FELICIDADE: UMA NOVA VISÃO DE PROGRESSO
- EFETIVIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS NA ÁREA DA SAÚDE
- ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA NO NOVO CPC: DIREITO FUNDAMENTAL A UM PROCESSO CÉLERE E EFETIVO
- GESTORES COMO UMA INOVAÇÃO EM COMUNICAÇÃO INSTRUÍMOS FUNCIONÁRIOS COMO REESTRUTURAR AS FINANÇAS PESSOAIS
- HERMENÊUTICA JURÍDICA: UMA CONSTRUÇÃO
- INOVAÇÕES POLÍTICAS E LEGISLATIVAS PARA A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE INFANTO-JUVENIL
- LIDERANÇA E RESULTADOS ORGANIZACIONAIS: UMA ANÁLISE DAS MELHORES EMPRESAS PARA SE TRABALHAR NO BRASIL
- LIDERANÇA NAS ORGANIZAÇÕES: UM BREVE DIAGNÓSTICO DOS ESTILOS GERENCIAIS JUNTO A UMA EMPRESA ATACADISTA DA CIDADE DE BAURU INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
- MACONHA: LEGALIZAR?! EIS A QUESTÃO
- NULIDADES DA SENTENÇA
- O LASER E AS MEDIDAS MITIGADORAS PROATIVAS PARA A SEGURANÇA DE VOO
- O PAPEL DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO NO PROCESSO DE INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP) ATRAVÉS DO PROGRAMA PIPE
- O REGIME DE BENS NO CASAMENTO COMO REFLEXO DAS CONQUISTAS DAS MULHERES NA LUTA PELA SUA INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE GÊNEROS
- O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL
- PLURALIDADE DE AFETOS E O ENTENDIMENTO DE FAMÍLIA NOS DIAS ATUAIS
- PNL NA ESTRATÉGIA COMUNICATIVA DO LÍDER
- REDES SOCIAIS NOS AMBIENTES DE TRABALHO
- REINTEGRAÇÃO DOS INFRATORES NA SOCIEDADE
- RESPONSABILIDADE CIVIL DO CIRURGIÃO PLÁSTICO
- TEORIA DO DESAMOR ENTRE ASCENDENTE E DESCENDENTE
- TEORIAS X e Y: UM DIAGNÓSTICO SOBRE AS CONCEPÇÕES DA NATUREZA HUMANA JUNTO AOS FUTUROS ADMINISTRADORES
- TRATADO INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL ENTRE BRASIL E JAPÃO PARA PUNIR BRASILEIROS QUE DEIXAM O LOCUS DELICTI E REGRESSAM PARA O BRASIL

- TRIBUTAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. O DIREITO DE ISENÇÃO DE IMPOSTOS À PESSOA PORTADORA DE CÂNCER
- UM ESTUDO SOBRE AS EXPECTATIVAS DOS CLIENTES FRENTE AO CONTEUDO DAS EMPRESAS NAS REDES SOCIAIS
- UM MÉTODO COM PROGRAMAÇÃO EM LÓGICA PARA DESPACHO DE VEÍCULOS AUTOGUIADOS NO AMBIENTE DE MANUFATURA

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UMA FERRAMENTA IMPORTANTE PARA A TOMADA DE DECISÕES

Sidney Soares de Oliveira¹
Prof^a. Ma. Maria Cristina Lourenço dos Santos²

Resumo: O presente trabalho trata-se da Análise das Demonstrações Contábeis, por ser uma importante ferramenta para auxiliar no momento de uma tomada de decisão dentro de uma organização. Sabe-se que, em uma organização, uma decisão mal tomada irá refletir nos projetos futuros de uma empresa, assim como uma decisão acertada irá fortalecer esses projetos. Desta forma os tomadores de decisão necessitam ter os dados mais precisos, confiáveis extraídos de relatórios que advêm da contabilidade, denominados demonstrativos contábeis ou demonstrativos financeiros. Para entender e analisar estes relatórios, necessita-se saber de onde esses dados são tirados, sendo assim, os conceitos são o principal objetivo. Para a realização da análise dos demonstrativos e tomada de decisão requer seguir etapas e processos, é necessário ter noções contábeis e critérios de elaboração dos demonstrativos. A técnica mais usada na análise para a tomada de decisão é a comparação por meio de índices em períodos diferentes. Os indicadores expressam a situação da empresa, auxiliando os gestores na tomada de decisão. O trabalho contempla as principais demonstrações contábeis passíveis de análise nas etapas, técnicas e principais índices para análise e tomada de decisão.

Palavras-chave: Análise. Contabilidade. Dados. Decisão. Índices. Organização.

¹Sidney Soares de Oliveira (Acadêmico) / ²Prof^a. Ma. Maria Cristina Lourenço dos Santos do Curso de Administração (Orientadora)

A AÇÃO AFIRMATIVA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Marcus Vinícius de Magalhães¹
Prof. Dr. Carlos Alberto Rufatto²

Resumo: Este trabalho procurou identificar as consequências mais importantes da Ação Afirmativa na Educação Brasileira. A concepção de cotas raciais e sociais deu origem a um rico debate. O acompanhamento deste debate permite perceber, por um lado, a nobreza da intenção de criar a cultura de cotas no Brasil, reconhecendo as contribuições, e por outro, a real consequência do instituto “cotas” no país. De forma semelhante, as críticas e os debates em torno das abordagens dessa tentativa de mudança conceitual e a contribuição e consequência desse processo. No entanto, a manutenção de certos aspectos, inerentes ao processo deste tipo de mudança conceitual, pode se mostrar relevante, quando são considerados os objetivos institucionais das escolas e as expectativas sociais em torno da compreensão adequada e da procura de superação dos paradigmas vigentes. Neste sentido, a ação afirmativa pode oferecer importante apoio para a valorização das diferentes etnias e a tolerância, além da extinção do preconceito arraigado na cultura brasileira.

Palavras-chave: Ação Afirmativa. Cotas Raciais. Debate racial. Mudança conceitual.

¹ Marcus Vinícius de Magalhães (Acadêmico) / ² Prof. Dr. Carlos Alberto Rufatto do Curso de Direito (Orientador)

A CONCESSÃO DO AEROPORTO DE GUARULHOS E SEUS BENEFÍCIOS

Larissa Wako Sogumo¹
Prof^a. Ma. Fernanda Ribeiro Pinto de Carvalho²

Resumo: Este trabalho procurou identificar os benefícios e as consequências mais importantes, decorrentes da concessão realizada no aeroporto de Guarulhos em São Paulo. Dentro das consequências, são encontrados diversos benefícios motivados pela concessão que já se notavam necessários para uma evolução saudável de tecnologia e infraestrutura aeroportuária no Brasil. A análise presente neste trabalho permite perceber o quão se faz necessário melhorias neste sistema de transporte tão importante para o país, consolidando a importância da aviação brasileira e de um dos aeroportos mais importantes para o Brasil, onde movimentam-se milhares de passageiros e é uma das principais portas de entrada para o país.

Palavras-chave: Concessão, Aeroporto, Aviação, Infraero, Infraestrutura aeroportuária.

¹ Larissa Wako Sogumo (Acadêmica) / ² Prof^a Ma. Fernanda Ribeiro Pinto de Carvalho do Curso de Ciências Aeronáuticas (Orientadora)

A CULPABILIDADE DOS ORGANIZADORES DA INTERREPS

Bianca Martins Plantier¹
Prof. José Fernando Amaral Júnior²

Resumo: A finalidade desse trabalho é analisar os conceitos jurídicos que circundam a prisão em flagrante por homicídio simples com dolo eventual dos organizadores da festa Interreps, realizada em Bauru na data de 28 de fevereiro de 2015, resultando na morte do estudante Humberto Moura Fonseca, de 23 anos e na internação de outros 3 estudantes em coma alcoólico. Busca-se diferenciar conceitos próximos e muitas vezes confundidos ou não diferenciados, como o dolo eventual e culpa consciente, além da explicação de demais conceitos, como dolo direto e indireto, nexos de causalidade e teoria da imputação objetiva, tidos como necessários para que seja possível entender o motivo da indicição por dolo eventual ao invés de culposo ou pela possível absolvição dos mesmos, uma vez que sem um desses elementos não se poderá falar em imputação da pena contida no Art. 121, §3º do Código Penal. Nesse sentido, o citado caso poderá se fundamentar em outros artigos, como o Art. 13, assim como, se comprovado, poderá não apresentar adequação a nenhum outro tipo penal.

Palavras-chave: Homicídio simples. Dolo eventual. Culpa Consciente. Absolvição.

¹ Bianca Martins Plantier (Acadêmica) / ² Prof. José Fernando Amaral Júnior do Curso de Direito (Orientador)

A DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE TOMADA DE DECISÃO

Marina Maldonado
Profª. Ma. Maria Cristina Lourenço dos Santos

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar algumas das utilidades dos principais demonstrativos contábeis, como o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, para conhecer a situação econômico-financeira da entidade, demonstrando como podem trazer benefícios para a organização, se analisados e utilizados corretamente. Um dos principais motivos de dificuldades financeiras é a falta de uma análise assertiva dos demonstrativos contábeis, explicado por meio de três pontos fundamentais, liquidez, rentabilidade e endividamento, conhecido como tripé da análise, que representa o equilíbrio ideal de uma empresa. No início do desenvolvimento deste artigo, é abordado a função da contabilidade, ressaltando sua importância na tomada de decisão e as consequências destas, caso forem mal tomadas, depois explicando a importância do balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e sua estrutura, trazendo também uma breve explicação sobre outras demonstrações contábeis como a demonstração do valor adicionado e a demonstração dos fluxos de caixa. Ao decorrer do artigo são abordados os índices de liquidez, que são utilizados para identificar se a entidade terá capacidade de pagamento em longo prazo, curto prazo e prazo imediato, são abordados também os índices de endividamento, onde demonstram a qualidade e a quantidade da dívida, identificando quando a dívida pode ser saudável para a instituição, depois, demonstrando a situação financeira da entidade, explicando a importância dos prazos médios de renovação de estoque, recebimento de vendas e pagamento de compras, por último identificando os índices de rentabilidade conhecidos como taxa de retorno sobre investimento, é o retorno sobre o ativo da entidade, e a taxa de retorno do patrimônio líquido, é o retorno sobre o patrimônio líquido, capital investido pelo empresário.

Palavras-chave: Liquidez. Rentabilidade. Endividamento. Demonstrativos contábeis. Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício.

¹ Marina Maldonado (Acadêmica) / ² Profª. Ma. Maria Cristina Lourenço dos Santos do curso de Administração (Orientadora)

A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA NA PERSECUÇÃO DO CRIME

*Amanda Serqueira de Medeiros¹
Prof. José Fernando do Amaral Júnior²*

Resumo: A Iniciação Científica realizada no ano passado, sobre a “ **A INVESTIGAÇÃO COMANDADA PELO DELEGADO DE POLÍCIA**”, trouxe um esclarecimento da importância da Autoridade Policial e o “poder” que este possui para esclarecer os fatos e de ajudar na eficiência do judiciário no combate à criminalidade, produzindo um inquérito bem fundamentado na materialidade e autoria do crime, refletindo em um processo objetivo e eficiente. Nesta oportunidade, será ressaltado que em toda investigação eficiente, existe a “mão direita” de um Delegado de Polícia, trabalhando para que tudo seja detalhadamente e cautelosamente apurado, em que os detalhes mostrem o quanto fazem toda a diferença e que o local do crime sempre conta a história do fato, sendo necessário pessoas que saibam de forma crítica, observar cada prova existente, e quando não estiverem explícitas, trazer à tona as que são pertinentes e necessárias para se constituir um inquérito bem fundamentado com rígidas análises de todos os fatos que contribuíram para o cometimento do ato. Os encarregados deste trabalho são chamados de Peritos, os quais realizam um trabalho técnico que exige atenção redobrada e minuciosa, para que os detalhes mais irrisórios não sejam ignorados ao construir a informação da investigação. Diante de tamanha importância, este artigo conceitua a perícia criminal e enfatiza a sua importância para o sucesso do processo judicial.

Palavras-chave: Perícia; Provas; Investigação Criminal; Eficiência.

¹ Amanda Serqueira de Medeiros (Acadêmica) / ² Prof. José Fernando do Amaral Júnior do Curso de Direito (Orientador)

A IMPORTÂNCIA DO TUTOR EM AMBIENTES DE ENSINO-APRENDIZAGEM E FERRAMENTAS DE AVALIAÇÕES EAD

Vanessa de Jesus Alves¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir a importância do tutor em ambientes de ensino-aprendizagem e as ferramentas de avaliações EAD. Refletiremos sobre a importância do papel do tutor em busca de formar sua identidade com foco na capacitação, suas responsabilidades, aprendizagem de como avaliar, o que avaliar e seriedade nas avaliações. Apontar as vantagens da formação continuada para o tutor e a ampla contribuição para melhoria da qualidade na educação. O estudo será construído através do levantamento de dados encontrados na literatura já existente. A pesquisa se apoiará na revisão de literatura buscando informações sobre conceitos, valores culturais e sociais, abordagens filosóficas e métodos científicos utilizados e compartilhados pelos estudiosos, pesquisadores e profissionais da Ead. Utilizamos a questionários via e-mail para entrevistar tutores presenciais e a distância como instrumento de coleta de dados para esclarecer como se formou a visão real dos tutores quanto sua identidade e o conhecimento das ferramentas de avaliação adotadas, analisando o contexto que o tutor está inserido. Saber como se sentem na atuação no exercício da função, e como entendem que o aluno constrói conhecimento, se as ferramentas de avaliação utilizadas conseguem medir se o aluno teve um bom desempenho na aprendizagem e adquiriu conhecimento. Se as ferramentas de avaliação estão focando a formação do aluno ou apenas o saber de grande quantidade de conteúdos decorados. Abrir discussão sobre essa temática e trazer reflexão que traga entendimento é o resultado que se buscou neste artigo.

Palavras-chave: EAD, tutoria, identidade docente, aprendizagem, formação continuada.

¹ Vanessa de Jesus Alves

A MEDIAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

*Igor Canale Peres Montanher¹
Prof. Me. Paulo Henrique Godoy²*

Resumo: Hoje no Brasil encontramos um grande investimento na resolução alternativa de conflitos, principalmente em relação à conciliação e à mediação. Com o Novo Código de Processo Civil, foram regulamentadas várias regras que estavam em resoluções e em algumas leis esparsas. A atuação do mediador, diferenciando-se com o conciliador, a criação de centros judiciários de solução de conflitos, a elevação da mediação ao patamar de princípio fundamental do processo civil e a obrigatoriedade da audiência de mediação são aspectos abordados pela Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), que podem dar a importância merecida à mediação.

Palavras-chave: Mediação. Novo Código de Processo Civil. Mediador.

¹ Igor Canale Peres Montanher (Acadêmico) / ² Prof. Me. Paulo Henrique Godoy do Curso de Direito (Orientador)

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

*Amanda Thereza Lenci Paccola e Ana Flávia Prado Sangaletti¹
Prof. Me. Márcio Gavaldão³*

Resumo: Podemos observar no presente trabalho de pesquisa, desde as bases dos Direitos Humanos, suas influências e surgimento. Esta pesquisa tende a expor como funcionam seus mecanismos e quais são os seus procedimentos, com grande enfoque na atuação da Organização das Nações Unidas (ONU). Os direitos humanos muitas vezes, apesar de protegidos por tratados internacionais não são respeitados. Assim, nesta abordagem, veremos os principais pactos/tratados/convenções sobre o tema, e como propósito final faremos uma análise de como a diplomacia e o governo brasileiro se comportam em relação à proteção do instituto de direitos humanos, juntamente com a importância dada a ele atualmente em sua política externa.

Palavras-chave: Direitos humanos. Tratados internacionais. Diplomacia. Governo.

¹ Amanda Thereza Lenci Paccola e Ana Flávia Prado Sangaletti (Acadêmicas) / ² Prof. Me. Márcio Gavaldão do Curso de Direito (Orientador)

A SELETIVIDADE PENAL COMO UM DOS FATORES DA (INEFICÁCIA VERTICAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM RELAÇÃO AOS NEGROS NO BRASIL

*Mariana Di Flora Ramos¹
Prof. Dr. Pietro de Jesus Lora Alarcón²*

Resumo: O presente estudo aborda como tema geral a problemática da relação entre o discurso apresentado pelo Estado referente aos direitos fundamentais e humanos e sua real efetivação. Nesse contexto, o estudo traz à tona a questão da seletividade penal: sua estrutura, o seu discurso e suas formas de tratamento. Especificamente, focaliza o tratamento seletivo e discriminatório em relação à minoria negra no Brasil. Apesar da frequência com que esta última questão apontada é debatida nos diferentes círculos de especialistas no assunto e em grupos motivados pela inquietação social, o tema continua atual, pois envolve desafios complexos de natureza político-ideológica.

Palavras chave: Direitos Fundamentais. Seletividade Penal. Minoria negra. Discriminação.

¹ Mariana Di Flora Ramos / ² Prof. Dr. Pietro de Jesus Lora Alarcón do Curso de Direito (Orientador)

ALGORÍTIMO PARA ANÁLISE MALWARES

*Vitor Rosa Alves¹
Prof. Luiz Otávio Camaliente²*

Resumo: Com o surgimento na década de 70 e a ideia inicial de apenas irritar os usuários de computadores, os malwares foram modificados e suas pretensões também, hoje se tornaram grandes ameaças projetadas para obter proveito roubando e destruindo dados. Neste grande e constante aumento de códigos mal-intencionados muito mais do que a utilização de um antivírus se faz cada vez mais necessário o conhecimento desses perigos que habitam a internet. Este trabalho houve o estudo do que é um malware, conhecer e entender o funcionamento dos mais comuns encontrados na internet e suas principais características, bem como a forma de infecção, propagação e suas ações dentro do sistema. O que são e como agem os antivírus na detecção destas ameaças, seus principais mecanismos de defesa, assim como a constatação, se existem falhas nos procedimentos realizados pelo antivírus e se estes são suficientes para combater as ameaças e ter a segurança ao utilizar um computador. Entender a relação que há entre a análise heurística e o antivírus, como se dá a extração de amostras que servem como base para analisar e reconhecer os padrões, através do algoritmo de reconhecimento de padrões existe em um antivírus.

Palavras-chave: Análise Heurística, Antivírus, Reconhecimento de Padrões, Malware.

¹ Vitor Rosa Alves – Pós-Graduação (Acadêmica) / ² Prof. Luiz Otávio Camaliente (Orientador)

ANÁLISE DOS TIPOS DE ROTORES DE HELICÓPTEROS

*Edmar Ferreira Junior¹
Prof. Rogério Cardozo²*

Resumo: Os helicópteros são aeronaves de asas rotativas cuja sustentação e direção são obtidas pelo rotor principal. Esses rotores são divididos em três categorias rígido, semi-rígido e articulado. O rotor principal pode ser rígido que efetua o movimento de passo; o rotor semi-rígido efetua o movimento de passo e batimento; o rotor articulado efetua o movimento de passo, batimento e avanço e recuo das pás que o compõe. Os rotores de cauda também têm suas variações, dentre elas o simples com um rotor comum na cauda da aeronave, a fim de, contrariar o torque do rotor principal, o fenestron que é um rotor carenado com várias pequenas pás, e diversos outros tipos de rotores. Além disso, as pás dos rotores têm perfil aerodinâmico, para fornecer sustentação e manobrabilidade ao helicóptero, tornando o helicóptero uma máquina de extrema versatilidade.

Palavras Chave: Rotores. Asas rotativas. Perfil aerodinâmico. Versatilidade

¹ Edmar Ferreira Junior (Acadêmico) / ² Prof. Rogério Cardozo do Curso de Ciências Aeronáuticas (Orientador)

AS CAUSAS DOS MAIORES PROBLEMAS DA PETROBRAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS, ANALISANDO DADOS E ACONTECIMENTOS DA EMPRESA NOS ÚLTIMOS ANOS

*Rodrigo André Chiarelli Gonçalves¹
Prof. Cristiane Ap. P. Higuchi²*

Resumo: Este artigo objetiva mostrar de forma simplificada e de fácil entendimento as ações que levaram a Petrobras a situação em que se encontra no início de 2015, citando quais erros causaram a perda de valor internacional, como os preços cobrados pela gasolina e pelo diesel, erros de investimento e a manipulação da empresa pelo governo, conforme Gallo (2015), que juntos causaram um prejuízo bilionário a Petrobras. Também são citados os planos da empresa para se restabelecer com o pré-sal. A metodologia utilizada foi pesquisa descritiva. Concluiu-se que, após muitos erros, ficaram visíveis os prejuízos que a má gestão causou a Petrobras e aos seus investidores, foram bilhões de perdas e uma mancha na credibilidade da empresa, essas dificuldades trazem grandes desafios e dúvidas sobre o futuro da companhia.

Palavras-chave: Petrobras, perda de valor, prejuízos.

¹Rodrigo André Chiarelli Gonçalves (Acadêmico) / ²Prof^a. Cristiane Ap. P. Higuchi do Curso de Administração (Orientadora)

AS NOVAS ENTIDADES FAMILIARES À LUZ DA DIGNIDADE HUMANA

*Fabiana de Souza¹
Prof. Dr. Flávio Luís de Oliveira²*

Resumo: O presente artigo visa propiciar reflexões acerca da evolução da sociedade no que tange a concepção da família, suas mais variadas formas, bem como, os direitos e garantias destes novos entes familiares que são fundados essencialmente em laços de afetividade, conforme texto constitucional de 1988. A Constituição Federal inovou em diversas áreas do direito, sobretudo no direito de família ao reconhecer as novas entidades familiares, que fogem ao paradigma clássico, instituindo princípios constitucionais no âmbito familiar. Todas as modificações tiveram como base a dignidade da pessoa humana, princípio basilar do ordenamento jurídico pátrio. Para tanto, será feita breve análise sobre o conceito de família e a evolução legislativa até a atualidade. Em seguida, analisar-se-á a constitucionalização da família e o princípio da dignidade da pessoa humana que é o alicerce fundamental para as inovações, tendo em vista a busca da felicidade e da própria dignidade à que todas as famílias têm direito.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana. Entidades familiares. Família.

¹ Fabiana de Souza (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Flávio Luís de Oliveira do Mestrado (Orientador)

ASSISTENCIALISMO E TRIBUTOS SOB A ÓTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

*André Luiz Okuno e Simone Hirosse¹
Prof. Dr.. Ageu Libonati Júnior²*

Resumo: Os nossos direitos vêm sendo conquistados ao longo da história e embora esteja em constante transformação, a realidade demonstra que mesmo com toda conquista já efetivada em nossa carta magna, a inclusão social aparece no seio da sociedade ainda de forma muito tímida e não igualitária como deveria. Dessa forma o objetivo de uma sociedade justa, solidária e com igualdade somente será alcançado se as isenções fiscais forem concedidas não somente aos que fazem parte de certa lista, mas sim concedidas a todos que realmente necessitam, garantindo assim que a dignidade da pessoa humana seja preservada e garantida através de ações afirmativas.

Palavras-chave: Assistencialismo. Direitos Humanos. Inclusão Social. Tributos e direitos fundamentais.

¹ André Luiz Okuno e Simone Hirosse (Acadêmicos) / ² Prof. Dr. Ageu Libonati Júnior do Curso de Direito (Orientador)

BIOGRAFIAS PROIBIDAS

*Germano Vannini¹
Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira²*

Resumo: O presente trabalho aborda a questão das biografias não autorizadas e proibidas em nosso país, visto sua relevância para a sociedade, sendo matéria controversa em nossos dias, carecendo de interpretação cautelosa. Serão apresentados os prismas constitucional, civil e penal acerca do tema, juntamente com a análise da ação direta de inconstitucionalidade e a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal. Os professores José Joaquim Gomes Canotilho, Jónatas E. M. Machado e Antônio Pereira Gaio Júnior, serão à base deste estudo, pois estes, louváveis doutrinadores, inauguraram com contumácia a investigação deste assunto referente as biografias não autorizadas e sua consequente proibição.

Palavras-chave: Biografias. Proibição. Autorização. Artigo 20 do Código Civil. Constituição Federal. ADIN. STF.

¹ Germano Vannini (Acadêmico) / ² Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira do Curso de Direito (Orientador)

BNDES: UM ESTUDO DO PROGRAMA DE APOIO À INOVAÇÃO

*Jéssica Cristina Tórtora Lopes¹
Profª Ma. Marinez Cristina Vitoreli²*

Resumo: Este trabalho procurou aprofundar sobre a linha de crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES Inovação, dentro do tema foram abordados conceitos de Inovação aberta e fechada, redes de inovação com as vertentes aplicações, exploração e transformação, e agências de fomento. Além disso, procurou-se identificar o meio de acesso pelo qual a empresa obtém os recursos, como eles podem ser usados em benefício organizacional, quais empresas tem direito, e qual a importância do programa para o desenvolvimento econômico-social e competitivo das empresas em âmbito nacional. O método utilizado foi a revisão de teoria utilizando dados oficiais do BNDES o que tornou possível o levantamento do papel desempenhado por essa importante instituição.

Palavras-chave: Agências de fomento. BNDES. BNDES Inovação. Inovação, Redes de Inovação.

¹Jéssica Cristina Tórtora Lopes (Acadêmica) / ² Profª Ma. Marinez Cristina Vitoreli do Curso de Administração (Orientadora)

DANOS MORAIS CAUSADOS PELA INFIDELIDADE CONJUGAL

*Amanda Thereza Lenci Paccola e Ana Flávia Prado Sangaletti¹
Prof. Rafael Mercadante²*

Resumo: Este trabalho tem por fito analisar a possibilidade de indenização por danos morais em face da infidelidade conjugal, com base em primados constitucionais, sem perder de vista a legislação que versa sobre a responsabilidade civil, bem como a incipiente construção jurisprudencial e doutrinária sobre o tema. Os tribunais não possuem um entendimento pacífico, mas começa a ganhar corpo o posicionamento que admite a responsabilização daquele que por sua conduta antijurídica tenha provocado dano a outrem, levando em conta a realidade concreta e as consequências que emergem de uma infidelidade conjugal, sobretudo quando evidente a dor, a angústia, a frustração, o vexame bem como agressão à imagem do outro cônjuge ou companheiro.

Palavras-chave: Código Civil. Casamento. Indenização.

¹ Amanda Thereza Lenci Paccola e Ana Flávia Prado Sangaletti (Acadêmicas) / ² Prof. Rafael Mercadante do Curso de Direito (Orientador)

DIREITO AO SILÊNCIO COMO GARANTIA CONSTITUCIONAL

*Luciana Nunes Brisola do Carmo¹
Prof. Dr. Sílvio Carlos Álvares²*

Resumo: O direito ao silêncio, previsto no Texto Constitucional e também em textos internacionais, está longe de ter um entendimento pacificado e se traduz em fonte de eterna discussão. Uns entendem que o saber do acusado é meio de prova que não pode ser desprezada – até porque, *se culpado*, ele é um detentor privilegiado de informações - existe a obrigação do réu de responder ao interrogatório e de dizer a verdade, pois todos os que estão no processo são partes processuais e como tal devem colaborar com a justiça. Assim, eles não agem em interesse próprio, mas sim em nome da coletividade e em prol do bem comum. Outros defendem esse direito sob o enfoque das garantias processuais, dessa forma, o imputado não tem a obrigação de fornecer elementos de prova. A autoridade deve respeitar a sua liberdade de se defender como entender melhor, estando presente ou ausente da audiência, falando ou calando-se. Diante da previsão de que a pessoa não deve ser obrigada a depor contra si mesma e nem se confessar culpada, se legitima o ficar quieto e nada falar do acusado.

Palavras-chave: Direito ao Silêncio. Dignidade. Autodefesa.

¹ Luciana Nunes Brisola do Carmo – Pós-Graduação (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Sílvio Carlos Álvares (Orientador)

DIREITO DE DEFESA DA INTEGRIDADE MORAL NA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

*Geisa Oliveira Daré¹
Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro²*

Resumo: Este trabalho procurou identificar os principais direitos que visam proteger a pessoa física ou jurídica na sociedade de informação. Dentre estes direitos destacam-se o direito à imagem (atributo e retrato), à honra (objetiva e subjetiva), à intimidade, à privacidade e à vida privada, que foram pormenorizadamente estudados no presente trabalho. A preocupação do estudo da matéria em espeque dá-se ao fato de que o crescente desenvolvimento tecnológico fez crescer o conflito de interesses entre o campo individual e o campo público, criando choques entre os direitos de proteção da integridade moral e os direitos de informação e de expressão. Além disso, hodiernamente outros direitos são desenvolvidos a partir dos direitos de defesa da integridade moral, como é o caso do direito ao esquecimento, o que enfatiza a real necessidade do conhecimento da origem e extensão dos direitos de defesa da integridade moral.

Palavras-chave: Direitos de defesa da integridade moral. Intimidade. Privacidade. Vida privada. Honra. Imagem. Sociedade de informação.

¹ Geisa Oliveira Daré (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro do Curso de Direito (Orientador)

DIREITOS HUMANOS E TRIBUTAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOBRE O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

*Helton Ismael Silva Atilio; Isabela Cristina Sena e Silva Fernandes¹
Prof. Dr. Ageu Libonati Júnior²*

Resumo: O artigo trata dos direitos humanos em relação ao campo da tributação, ressaltando a importância do princípio da dignidade da pessoa humana no âmbito fiscal. Em primeiro lugar é relatado um breve contexto histórico sobre as pessoas com deficiência e o princípio da dignidade da pessoa humana. Em seguida o tema tratado é sobre o princípio da igualdade e a tributação. Na sequência são tratadas as imunidades, isenções e privilégios fiscais e mínimo existencial. Logo depois, são tratados os benefícios fiscais e a evolução legislativa para os portadores de deficiência. Por fim, é realizado uma breve análise do Estatuto da Pessoa com Deficiência com foco na redução de tributação das tecnologias assistivas.

Palavras-chave: Direito Tributário. Direitos Humanos. Direitos Fundamentais. Pessoas com deficiência.

¹ Helton Ismael Silva Atilio; Isabela Cristina Sena e Silva Fernandes / ² Prof. Dr. Ageu Libonati Júnior do Curso de Direito (Orientador)

DOAÇÃO POST MORTEM DE ÓRGÃOS E INCAPACIDADE CIVIL RELATIVA – CONSCIENTIZAÇÃO DO PROVÁVEL DOADOR

*Natália Botelho de Souza¹
Prof. Dr. Cláudio José Amaral Bahia²*

Resumo: Partindo-se da análise do Art. 5º da Lei Nº 9.434/97 entende-se que há a necessidade de se criar uma abordagem diferenciada, destinada aos relativamente incapazes em razão da idade, a fim de se colocar em prática o disposto no Art. 14 do Código Civil (C.C.), uma vez que, enquanto o segundo dispositivo legal assegura a livre disposição do próprio corpo para fins de transplante, o primeiro veda este direito às pessoas juridicamente incapazes em razão da idade, de forma a equipará-los de maneira muito generalizada e equívoca aos demais cidadãos de capacidade reduzida, sendo estes: ébrios habituais, viciados em tóxicos, os que por deficiência mental tenham o discernimento reduzido, os excepcionais sem desenvolvimento mental completo e os pródigos, vide Art. 4º do C.C. Constata-se portanto uma relação de subordinação entre o jovem e seus pais ou representante legal, para que haja autorização à disposição de seu próprio corpo. A inovação legislativa proposta no trabalho *DOAÇÃO POST MORTEM DE ÓRGÃOS E INCAPACIDADE RELATIVA*, consiste na criação do Art. 5º -A da Lei de Transplantes que viabilizaria a outorga uxória, realizada pelo relativamente incapaz em razão da idade, para fim de transplantes *post mortem* de órgãos, eliminando assim, a necessidade de autorização dos pais ou responsável do menor. O escopo do atual artigo é desenvolver e aplicar um projeto de conscientização quanto à doação *post mortem* de órgãos aos jovens maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, a fim de outorgar-lhes autonomia e conhecimento necessário para decidirem o destino de seus órgãos e, para futuramente, participarem de uma pesquisa quantitativa, onde poderão declarar a situação de doador ou não de órgãos de forma responsável.

Palavras-chave: Restrição à disposição do corpo. Inovação legislativa. Outorga uxória. Doação *post mortem* de órgãos. Conscientização do jovem. Autonomia e conhecimento. Pesquisa quantitativa.

¹ Natália Botelho de Souza (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Cláudio José Amaral Bahia do Curso de Direito (Orientador)

ECONOMIA DA FELICIDADE: UMA NOVA VISÃO DE PROGRESSO

*Stéfani Vasconcellos Corrêa¹
Profª Ma. Salete Aparecida Rossini Lara²*

Resumo: Este estudo objetivou aplicar e discutir uma adaptação do questionário de Felicidade Interna Bruta (FIB), desenvolvido pelo Centro de Estudos Butão, para o contexto brasileiro. Felicidade Interna Bruta é um indicador para medir o progresso de uma comunidade, surgiu em 1972 no Butão, um pequeno país do Himalaia, e aborda nove dimensões: bem-estar psicológico, saúde, vitalidade comunitária, uso do tempo, educação, cultura, meio ambiente, governança e padrão de vida. Baseia-se na premissa de que o objetivo principal de uma sociedade não deve ser somente o crescimento econômico, mas a integração dos fatores referentes ao bem-estar da humanidade e a sustentabilidade do meio ambiente.

Palavras-chave: Felicidade Interna Bruta; Produto Interno Bruto; Felicidade.

¹ Stéfani Vasconcellos Corrêa (Acadêmica) / ² Profª Ma. Salete Aparecida Rossini Lara do Curso de Ciências Econômicas (Orientadora)

EFETIVIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS NA ÁREA DA SAÚDE

Caroline Bueno de Souza¹
Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho²

Resumo: Há uma relação indissociável entre a saúde e o Direito, sendo esta duradoura e complexa. O Direito, ciência que rege a sociedade e se comporta como uma guardiã de direitos, inseriu o direito à saúde como um bem jurídico fundamental na Constituição Federal de 1988, sendo este de titularidade universal e um dever do Estado e de toda a sociedade. Com a ascensão e constitucionalização desse direito, ocorreram mudanças significativas no plano da saúde, especialmente na vinculação dos atores estatais e privados em lhe garantir a máxima efetividade. Vivemos em um Estado Democrático de Direito, um Estado “amigo” dos direitos fundamentais, de tal modo que se ocorrerem violações ou omissões a esses direitos preservados, o Estado deve estar estruturado e organizado para evitar ou reprimir tais práticas. Portanto, toda vez que houver a omissão ou violação de direito fundamental à saúde o seu titular poderá exigir que o Estado assegure o acesso às ações e serviços de saúde, assim como a medicamentos, por mais onerosos que sejam. Se o Estado não cumprir com o dever de assegurar o direito fundamental, poderá ingressar no Poder Judiciário para conseguir com que o Estado seja obrigado a cumprir o seu papel. Pode, inclusive, solicitar a imposição de uma multa diária para forçar o Estado a cumprir com sua obrigação. Ademais, a tutela concedida pelo Poder Judiciário pode ser antecipada, se houver necessidade.

¹ Caroline Bueno de Souza (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho do Curso de Direito (Orientador)

ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA NO NOVO CPC: DIREITO FUNDAMENTAL A UM PROCESSO CÉLERE E EFETIVO

Fábio Romeiro dos Santos Júnior¹
Prof. Me. Paulo Henrique Silva Godoy²

Resumo: O presente artigo tem como tema o estudo da estabilização da tutela antecipada previsto no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015). A estabilização da tutela antecipada será uma técnica inovadora no ordenamento jurídico brasileiro, pois prevê que uma decisão interlocutória, com base em cognição sumária, se torne definitiva ou estável se o réu não interpuser tempestivamente recurso adequado. Assim, saber se esta nova técnica vai ao encontro do direito fundamental a um processo célere e efetivo é o seu objetivo principal, para tanto, balizar-se-á em conceitos doutrinários e na interpretação dos dispositivos do Novo CPC.

Palavras-chave: Processo Civil. Tutela de Urgência. Estabilização da Tutela.

¹ Fábio Romeiro dos Santos Júnior – Pós-Graduação (Acadêmico) / ² Prof. Me. Paulo Henrique Silva Godoy (Orientador)

GESTORES COMO UMA INOVAÇÃO EM COMUNICAÇÃO INSTRUMENTAL PARA FUNCIONÁRIOS COMO REESTRUTURAR AS FINANÇAS PESSOAIS

Juliana Antero e Débora Costa¹
Profª. Ma. Audrey do Nascimento Sabbatini Martins²

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar a importância da comunicação entre o gestor e o colaborador dentro da empresa, os benefícios que podem ser empregados para as três partes: Empresa, Gestor e colaborador como também, a função do gestor em auxiliar o colaborador a controlar seu próprio dinheiro, trazendo para realidade do funcionário um assunto que deveria ser ensinado nas escolas que se chama educação financeira. Este investimento será revertido para a empresa em forma de maior produtividade, melhor desempenho do funcionário no desenvolvimento de suas diversas atividades. Para o gestor, que deixa de ser chefe ou apenas um gerente de área ou de processo passando a ser um líder, influenciando positivamente seus colaboradores e liderados. O funcionário que passa a fazer parte dos processos e da empresa como uma peça da engrenagem e não como um simples número, se sentindo valorizado. Visto que muitos funcionários adoecem mentalmente, perdendo assim o estímulo, e o comprometimento com a empresa, por não saber lidar com suas finanças pessoais.

Palavras-Chave: Colaborador. Comunicação. Educação Financeira. Empresa. Gestor.

¹Juliana Antero e Débora Costa (Acadêmicas) / ² Profª. Ma. Audrey do Nascimento Sabbatini Martins do Curso de Administração (Orientadora)

HERMENÊUTICA JURÍDICA: UMA CONSTRUÇÃO

Danieli Moreira de Brito; Micael Botteon Luiz¹
Prof. Me. José Luiz Antiga Jr.²

Resumo: No campo do saber jurídico, um dos temas mais instigantes é o que versa sobre a hermenêutica jurídica. O estudo da matéria é, indiscutivelmente, fundamental para qualquer operador do direito, pois esta sempre estará, mesmo que implicitamente, direcionando comportamentos decisórios na construção da norma e consequentemente na aplicação do direito.

Visto por este prisma, o presente trabalho não tem por objetivo esgotar o tema, pois o mesmo é complexo, entretanto, esta produção acadêmica é direcionada aos ingressantes nas Faculdades de Direito como uma introdução, que tem como enfoque principal apresentar a mudança de paradigma existente entre o fim do positivismo e o início do pós-positivismo ao versar sobre o atual entendimento sobre a hermenêutica e sua relevância para o estudo jurídico.

Palavras-chave: Hermenêutica, Interpretação Jurídica, Positivismo.

¹ Danieli Moreira de Brito; Micael Botteon Luiz (Acadêmicos) / ³ Prof. Me. José Luiz Antiga Jr do Curso de Direito (Orientador)

INOVAÇÕES POLÍTICAS E LEGISLATIVAS PARA A REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE INFANTO-JUVENIL

Jéssica Cristina Soares Lopes¹
Prof. Me. Carlos Eduardo Imaizume²

Resumo: Este estudo apresenta as medidas socioeducativas arroladas no Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicadas em decorrência da prática do ato infracional, faz uma reflexão acerca da eficácia destas medidas e analisa métodos para a diminuição da prática de atos infracionais. Para isso, há a explanação dos princípios inerentes à criança e ao adolescente, conceito de ato infracional, as medidas socioeducativas, a eficácia destas medidas, e análise de projetos legislativos e políticos voltados ao adolescente infrator.

Palavras chave: Ato infracional – Eficácia – Medidas Socioeducativas.

¹ Jéssica Cristina Soares Lopes (Acadêmica) / ² Prof. Me. Carlos Eduardo Imaizume do Curso de Direito (Orientador)

LIDERANÇA E RESULTADOS ORGANIZACIONAIS: UMA ANÁLISE DAS MELHORES EMPRESAS PARA SE TRABALHAR NO BRASIL

Letícia Valera Triguero¹
Prof. Me. José Munhoz Fernandes²

Resumo: O presente trabalho discutirá os temas liderança e resultados organizacionais, utilizando-se do conceito de parcerias estratégicas, discutido no conteúdo da disciplina Gestão de Recursos Humanos, tendo como base deste estudo as melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Partindo de uma breve revisão bibliográfica sobre o assunto, onde serão visitadas algumas das principais teorias relacionadas à liderança e, ainda, de pesquisa documental realizada junto a duas fontes secundárias: a Edição Especial – 2013 da Revista Época, que traz as práticas das 130 melhores empresas para se trabalhar no Brasil e dados disponibilizados pelo *Great Place to Work – GPTW - Brasil*, que desenvolve anualmente esse trabalho para a Editora Globo, procuraremos relacionar ambos os estudos: bibliográfico e documental, correlacionando as práticas em gestão de pessoas dessas empresas, incluindo indicadores utilizados na área de recursos humanos, tais como: relação candidato/vaga em processos de recrutamento, rotatividade, treinamento e *feedback*, com os resultados organizacionais, em especial, o percentual de faturamento. Observou-se durante a fase de pesquisa bibliográfica, uma farta produção acadêmica sobre o tema liderança, entretanto, em função das limitações de tempo, optou-se por um estudo breve, preferindo-se correlacionar os principais conceitos relacionados à liderança com os dados da pesquisa documental. Verificamos que os resultados encontrados na pesquisa documental corroboram com os autores pesquisados, principalmente em relação à questão central do tema estudado - liderança, qual seja, de que a qualidade da gestão de seus líderes é um dos motivos principais de manutenção das pessoas nas organizações e, ainda, um dos aspectos mais importantes de mensuração dos índices de satisfação das pessoas em relação ao ambiente de trabalho, o que nos leva a crer que os resultados altamente positivos alcançados pelas melhores empresas para se trabalhar no Brasil, podem ser atribuídos em grande parte à qualidade da gestão de pessoas.

Palavras-Chave: Gestão Estratégica de Pessoas. Liderança. Resultados.

¹ Letícia Valera Triguero (Acadêmica) / ² Prof. Me. José Munhoz Fernandes do Curso de Administração (Orientador)

MACONHA: LEGALIZAR?! EIS A QUESTÃO

Daniele Oliveira de Melo¹
Prof. Dr. José Roberto Anselmo²

Resumo: Este trabalho procurou identificar os aspectos positivos e negativos, que circundam o tema da descriminalização do uso da maconha, através da análise dos seus efeitos nocivos à saúde em comparação com os das drogas lícitas. Destacaremos também a importância medicinal da planta, mostrando sua efetiva possibilidade de salvar vidas, o que contrasta com a burocracia para a liberação da sua utilização para fins medicinais. O estudo visa desmistificar a maconha como a porta de entrada para demais drogas. É fundamental, dessa forma, expor dados obtidos nos países onde já houve a descriminalização de seu uso, o que diminuiu a insegurança quanto aos resultados. Assim, mostraremos que tratar o dependente como criminoso não leva a prevenção e reprimir não é a melhor alternativa. Apresentaremos uma crítica a atual Lei de Drogas, desvendando sua precariedade. Portanto, buscar se demonstrar que a atual política de repressão às drogas segue um raciocínio atrasado, em que o preconceito predominante sobre a maconha, vem impedindo novos avanços sendo essa uma política fracassada, fazendo apenas crescer a cada dia mais o número de usuários e o comércio ilegal, levando-nos a empenhar-se na procura de novas soluções. O trabalho será pautado pelo método dedutivo, pesquisas na doutrina e jurisprudência.

Palavras-chave: Cannabis Sativa. Efeitos das drogas. Legalização da maconha. Uso medicinal da maconha. Atual política de drogas. Tráfico. Prevenção. Repressão às drogas. Lei de Drogas.

¹ Daniele Oliveira de Melo (Acadêmica) / ² Prof. Dr. José Roberto Anselmo do Curso de Direito (Orientador)

NULIDADES DA SENTENÇA

João Carlos Pereira Eça Barros
Prof. Dr. Paulo Henrique Godoy

Resumo: Este trabalho procurou evidenciar os principais pontos acerca dos vícios e nulidades que permeiam a sentença. Além disso, buscou minuciar todos os princípios que dão o norte para uma interpretação a qual vislumbra prestar a tutela jurisdicional para os litigantes do modo mais eficiente possível, principal objetivo do Estado. Pressupostos processuais e condições da ação são indispensáveis para o estudo do tema, pois são requisitos para que não haja nulidades no processo e conseqüentemente na sentença. Caso algum vício esteja presente, a sentença em si deverá ser analisada e distinguida, entre nula ou inexistente, para que, futuramente, tal problema seja resolvido. Diante de uma sentença nula deve-se ajuizar a ação rescisória, enquanto na sentença inexistente o procedimento adequado é ajuizar a ação declaratória de inexistência, também chamada de *Querella nulitatis insanabilis*. Porém, doutrinariamente, tem se defendido a tese da fungibilidade desses meios autônomos de impugnação. Certo é que, todos os assuntos essenciais para analisar as nulidades da sentença estão presentes de modo objetivo e conciso, permitindo ao leitor entender esse assunto tão pertinente no processo civil brasileiro.

Palavras-chave: Nulidades. Vícios. Pressupostos processuais. Condições da ação. Sentença. Sentença nula. Sentença inexistente. Ação rescisória. Querella nulitatis insanabilis.

¹ João Carlos Pereira Eça Barros (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Paulo Henrique Godoy do Curso de Direito (Orientador)

O LASER E AS MEDIDAS MITIGADORAS PROATIVAS PARA A SEGURANÇA DE VOO

Thalles Francisco Coutinho¹
Prof. Fabiano Leon de Oliveira Thomassian²

Resumo: Este artigo apresenta um estudo sobre as medidas mitigadoras proativas referentes ao uso inadequado do LASER comprometendo a SEGURANÇA OPERACIONAL na atividade aérea. Em seguida, são apresentadas formas de MITIGAR o problema baseadas nos três pilares de mecanismo de defesa na aviação, em que são estudadas as novas tecnologias para minimizar o problema, treinamento adequado aos pilotos e a regulamentação existente para coibir o uso inadequado do LASER. Posteriormente, serão apresentadas recomendações de SEGURANÇA OPERACIONAL e a conclusão de que o LASER representa um perigo eminente para atividade aérea.

Palavras chave: Laser, Segurança Operacional, Mitigar.

¹ Thalles Francisco Coutinho (Acadêmico) / ² Prof. Fabiano Leon de Oliveira Thomassian do Curso de Ciências Aeronáuticas (Orientador)

O PAPEL DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO NO PROCESSO DE INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP) ATRAVÉS DO PROGRAMA PIPE

*Bruno Ferreira de Matos; Giovana Camponez de Almeida¹
Profª Ma. Marinez Cristina Vitorelli²*

Resumo: A partir do método de revisão de teoria, este trabalho identifica a necessidade de inovação nas empresas devido às mudanças no mercado, mostrando que pode ocorrer em produtos, serviços, processos ou modelos de negócios, podendo variar o grau de novidade, sendo eles: incremental, onde são feitas pequenas mudanças em um produto preexistente ou radical, que são grandes mudanças podendo chegar a um produto totalmente novo. Essa necessidade levou as empresas a um cenário onde era preciso buscar novas fontes, além do departamento interno de P&D, denominada inovação aberta. As agências de fomento são uma das formas que as empresas utilizam para viabilizar suas inovações, pois através delas conseguem financiamento para suas pesquisas. Sendo a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) uma das principais agências de fomento do Brasil, o presente estudo abordou suas principais linhas de fomento, com foco no Apoio à Pesquisa com Vistas a Aplicações apresentando o programa PIPE (Pesquisa Inovativa de Pequenas Empresas) que integra as micro e pequenas empresas, focando seus resultados nos últimos 5 anos, o que permitiu verificar que a Fapesp, através do programa Pipe, desempenha uma importante função social e econômica no apoio a inovação.

Palavras-chave: inovação, agência de fomento, FAPESP.

¹ Bruno Ferreira de Matos; Giovana Camponez de Almeida (Acadêmicos) / ² Profª Ma. Marinez Cristina Vitorelli do Curso de Administração (Orientadora)

O REGIME DE BENS NO CASAMENTO COMO REFLEXO DAS CONQUISTAS DAS MULHERES NA LUTA PELA SUA INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE GÊNEROS

*Daniela Lourenço Rizzo¹
Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira²*

Resumo: Por muito tempo, a mulher viveu em uma sociedade onde era vista como propriedade da família, cuja situação fora sempre de subserviência perante a supremacia masculina. Conforme essa mesma sociedade se desenvolvia, resultado da constante busca feminina pela igualdade de gêneros e equiparação de direitos, mudanças se operavam entre o Código Civil de 1916 e o atual Código Civil de 2002, principalmente no tocante aos regimes de bens que regiam as relações patrimoniais entre os cônjuges. Uma crescente alteração legislativa pôde ser observada, concedendo à mulher maior autonomia para administrar os próprios bens, bem como sua própria vida, abandonando seu *status* de relativamente incapaz e assumindo a capacidade absoluta. Os esforços pela igualdade plena entre homens e mulheres ainda avançam, impulsionando contínuos movimentos sociais para isonomia de direitos.

Palavras-chave: Regime de bens. Igualdade de gêneros. Evolução social.

¹ Daniela Lourenço Rizzo (Acadêmica) / ² Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira do Curso de Direito (Orientador)

O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

*Aline Dionizio de Oliveira¹
Profª. Maria Helena Acosta²*

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar a ocorrência do trabalho escravo no Brasil, apesar dos acordos, tratados internacionais, Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, e Consolidação das Leis Trabalhistas, que instituíram os direitos dos trabalhadores, e proíbem a servidão. É importante apontar a distinção entre trabalho livremente desempenhado e as práticas ainda existentes, que configuram o trabalho escravo, prestado mediante condições desumanas, sem o menor respeito pelo trabalhador e pela lei. Além de demonstrar a caracterização e existência do trabalho escravo no Brasil, as pesquisas efetuadas indicam em quais locais essa prática ilegal é empregada, por que persiste, que motivos a promovem, quais os princípios e disposições legais repressoras vigentes, as medidas adotadas para a sua extinção e quais órgãos estão envolvidos nas tarefas de fiscalização do desempenho do trabalho escravo, e que medidas já foram por eles empregadas. Na conclusão, se expõe sobre a responsabilidade por danos morais, inclusive sobre a responsabilidade subsidiária do Estado.

Palavras-chave: Direitos dos trabalhadores. Trabalho escravo. Ilegalidade.

¹ Aline Dionizio de Oliveira (Acadêmica) / ² Profª. Maria Helena Acosta do Curso GPME (Orientadora)

PLURALIDADE DE AFETOS E O ENTENDIMENTO DE FAMÍLIA NOS DIAS ATUAIS

*Aliffer Henrique dos Santos¹
Tamires Midori de Lima Suzuki²*

Resumo: O artigo verifica a ocorrência do poliamorismo e suas implicações jurídicas para o Direito de Família. O poliamor se traduz nas relações afetivas entre três ou mais pessoas ao mesmo tempo, com o reconhecimento e consentimento de todos os envolvidos. Para além do casamento, a Constituição Federal reconhece outros arranjos familiares, o que significou uma grande evolução na ordem jurídica brasileira, impulsionada pela própria realidade, que converge na discussão do tema. Utilizando o método de pesquisa bibliográfica, tem-se por objetivo investigar a possibilidade do reconhecimento desta nova forma de convívio familiar à luz dos princípios constitucionais, de modo a garantir a proteção da igualdade e liberdade dos casais que a adotam. Como resultado, apurou-se, pelo prisma da afetividade, que é possível garantir a tutela do poliamor como entidade familiar, através de analogias e da interpretação constitucional de forma ampla e sistemática.

Palavras-chave: Poliamor. Família Simultânea. Afeto. Casamento. União Estável.

¹ Aliffer Henrique dos Santos / ² Tamires Midori de Lima Suzuki

PNL NA ESTRATÉGIA COMUNICATIVA DO LÍDER

*Grazielle Aparecida de Godoy Justina¹
Profª. Ma. Audrey do Nascimento Sabbatini Martins²*

Resumo: O tema do artigo aborda a PNL- Programação Neurolinguística como estratégia comunicativa do líder devido às dificuldades do mercado com a falta de comunicação no ambiente corporativo. É correto afirmar certa carência entre a comunicação dos funcionários e da empresa, podendo impactar diretamente no desempenho e na produtividade, cabendo ao líder ser o intermediador entre ambos. A Programação Neurolinguística vem se destacando como novo modelador de comportamentos, de forma a explicar como são as pessoas consideradas modelos em determinada área ou habilidade. São programas denominados estratégias, ou seja, conjuntos de técnicas e recursos que se tornou disponível para qualquer pessoa que queira aprendê-los, ser ensinada a outras pessoas assim trazendo excelência na comunicação. No artigo vamos citar pressupostos e técnicas de PNL. Conclui-se que ela constitui-se numa nova abordagem de crescimento pessoal, com muitas técnicas e ferramentas capazes de produzir resultados positivos no menor tempo possível gerando comunicação entre líder, funcionários e empresa.

Palavras-chave: PNL. Estratégia. Comunicação. Líder. Empresa. Comportamentos. Técnicas. Pressupostos.

¹ Grazielle Aparecida de Godoy Justina (Acadêmica) / ² Profª Ma. Audrey do Nascimento Sabbatini Martins do Curso de Administração (Orientadora)

REDES SOCIAIS NOS AMBIENTES DE TRABALHO

*Henrique Silva Pedroso¹
Prof. Luiz Bertonha Junior²*

Resumo: Este trabalho tem o intuito de apresentar como as redes sociais vêm crescendo, e com isto impactando na forma de acesso a informação do funcionário dentro da organização. Qual o efetivo impacto deste acesso na produtividade do funcionário, podendo impactar positivamente ou negativamente, dependendo do ramo de atividade ou mesmo do setor dentro da organização. No primeiro momento foi feito um estudo metodológico calcado em análises bibliográficas, porém em um segundo momento a aplicação de um questionário para levantar na realidade qual o acesso as redes sociais as organizações estão deixando ou não os funcionários terem acesso.

Palavras-chaves: Rede social, trabalho, internet.

¹ Henrique Silva Pedroso (Acadêmico) / ² Prof. Luiz Bertonha Junior do Curso de Administração (Orientador)

REINTEGRAÇÃO DOS INFRATORES NA SOCIEDADE

*Ana Carolina Bredariol de Paula; Láyra Furtado Schiavon¹
Prof. Dr. Emílio Donizete Primolan²*

Resumo: O presente trabalho visa, através de levantamento de dados estatísticos e informações, avaliar em que medida o sistema prisional brasileiro oferece atualmente aos detentos a possibilidade de uma ressocialização para que o indivíduo possa voltar ao convívio em sociedade, após o período que ficou recluso. Sendo assim, através de pesquisas em livros, internet e outros meios de informações, buscando através de relatos reais, fatos noticiados e embasamento científico entender um pouco mais como funciona o sistema carcerário brasileiro e o que ele é capaz de fazer pelos infratores. Com resultados negativos, pode-se concluir que o sistema atual não possui capacidade de reintegrar os infratores para voltar a viver em sociedade. É muito importante lidar com esse assunto perante a sociedade, é necessário que todos entendam, com maior aprofundamento, sobre a criminalidade, suas causas, consequências, origens e tudo mais, para assim exigir mais do Estado, ou no mínimo, as condições necessárias para que a seja possível a ressocialização dos infratores.

¹ Ana Carolina Bredariol de Paula; Láyra Furtado Schiavon (Acadêmica) / ² Prof. Dr. Emílio Donizete Primolan do Curso de Direito (Orientador)

RESPONSABILIDADE CIVIL DO CIRURGIÃO PLÁSTICO

*Bruna da Silva Caldeira; Marcela Ferrari Teixeira¹
Profª. Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes²*

Resumo: O trabalho trata acerca do direito das obrigações, mais especificamente da responsabilidade civil dos médicos cirurgiões em operações plásticas embelezadoras e reparadoras. A pesquisa pretende delimitar, através de uma explicação sobre a responsabilidade civil, a linha tênue entre a obrigação de meio e a de resultado quando se trata de cirurgias plásticas embelezadoras e reparadoras. Temos por objetivo demonstrar que a cirurgia plástica embelezadora, diferentemente da regra geral da medicina, onde as obrigações são de meio, o médico tem obrigação de resultado. Já a cirurgia plástica reparadora acompanha a regra geral. A pesquisa é pertinente, pois esclarecerá acerca do dever ou não de indenizar, por parte do médico, quando em cirurgias plásticas embelezadoras ou reparadoras, caso o resultado pretendido pelo paciente não seja alcançado, tendo em vista a sua responsabilidade.

Palavras-chaves: Responsabilidade civil, cirurgia plástica estética e embelezadora, responsabilidade do cirurgião plástico, obrigação de meio e de resultado.

¹ Bruna da Silva Caldeira; Marcela Ferrari Teixeira (Acadêmicas) / ² Profª. Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes do Curso de Direito (Orientadora)

TEORIA DO DESAMOR ENTRE ASCENDENTE E DESCENDENTE

*Luciana Nunes Brisola do Carmo¹
Profª. Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes²*

Resumo: Entre os deveres que decorrem do poder familiar, encontra-se o dever dos pais de criação e educação dos filhos. É um encargo que compete a ambos os genitores mesmo que eles estejam separados. Tanto a Constituição Federal como o Estatuto da Criança e do Adolescente adotaram a doutrina da proteção integral, livrando crianças e adolescentes de toda forma de negligência. Por isso a CF enumera quem são os responsáveis para dar efetividade aos direitos da criança e do adolescente: a família, a sociedade e o Estado. A convivência dos filhos com os pais não é um direito, mas sim um dever. Menciona-se na doutrina a paternidade responsável que engloba não só o direito de visitar o filho, mas sim a obrigação de conviver com ele. Nesse diapasão entra a teoria do desamor ou teoria do abandono afetivo paterno-filial cujo distanciamento entre pais e filhos produz sequelas emocionais e pode também comprometer o desenvolvimento saudável. Tal situação tem levado ao reconhecimento da obrigação de indenizar por falta de amor. A negligência pela falta de convívio justifica a perda do poder familiar por configurar abandono. Em certos casos não é uma pena, mas sim uma bonificação pelo abandono. Não é só o genitor que abandona que deve ser responsabilizado, mas também aquele que oculta do outro a existência do filho, impedindo o estabelecimento do vínculo de paternidade. A tendência da justiça é de impor ao pai o dever de pagar indenização.

Palavras-chave: Teoria do Desamor. Dignidade. Consequências Jurídicas.

¹ Luciana Nunes Brisola do Carmo – Pós-Graduação (Acadêmica) / ² Profª. Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes (Orientadora)

TEORIAS X e Y: UM DIAGNÓSTICO SOBRE AS CONCEPÇÕES DA NATUREZA HUMANA JUNTO AOS FUTUROS ADMINISTRADORES

Alice Beneli Constantino¹
Prof. Gabriel Sabbadini Rubio²

Resumo: A presente pesquisa tratou de abordar as concepções da natureza humana, a partir das Teorias X e Y de Douglas McGregor. Num primeiro momento foi feita uma breve revisão bibliográfica para se conhecer um pouco mais do tema pesquisado. Num segundo momento, optou-se pela pesquisa de campo, onde foram aplicados 75 questionários junto aos alunos do Curso de Graduação de Administração dos 3º e 4º anos diurno e noturno do Centro Universitário de Bauru da Instituição Toledo de Ensino – ITE. Foi utilizado um questionário (anexo 1) com 10 pares de afirmações acerca das concepções da natureza humana. Os resultados apontaram que a grande maioria da população pesquisada possui um percentual de identificação maior com a Teoria Y, que pressupõe uma concepção mais positiva sobre as pessoas, talvez explicada pelas características das atuais gerações. Analisados os resultados separadamente por gênero, observou-se que a população feminina tem um maior percentual de identificação com a Teoria Y em relação a população masculina. Isso pode ser explicado, conforme pesquisas recentes sobre a rápida e crescente ascensão das mulheres em postos de liderança na última década, por características peculiares como sensibilidade, percepção mais positiva do ser humano, dentre outras. Com isso acredita-se que, independente do gênero, a população pesquisada parece ter percepções interessantes sobre a natureza humana e que podem ser trabalhadas, objetivando inclusive o desenvolvimento de habilidades comportamentais muito importantes e atualmente requeridas no mercado de trabalho: liderar pessoas.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas. Liderança. Teorias X e Y.

¹ Alice Beneli Constantino (Acadêmica) / ² Prof. Gabriel Sabbadini Rubio do Curso de Administração (Orientador)

TRATADO INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL ENTRE BRASIL E JAPÃO PARA PUNIR BRASILEIROS QUE DEIXAM O *LOCUS DELICTI* E REGRESSAM PARA O BRASIL

Sheila Ishibashi Moriki¹

Resumo: O presente trabalho tem como foco analisar os brasileiros *dekasseguis* que cometem crimes no Japão e refugiam-se para o Brasil, antes da elucidação da autoria no *locus delicti*. Seja visando à impunidade, seja para esquivar-se da *persecutio criminis* no Japão, embarcam para o Brasil e acabam sendo agraciados pelas penas pífias e burocracia que ceifam a ação penal pela prescrição. O manto constitucional do art. 5º, inciso LI, da inextraditabilidade do nacional, impede o cumprimento da pena no Japão, uma vez adentrado ao território pátrio, lhe incide as regras da extraterritorialidade da lei penal brasileira, do Art. 7º, § 2º, e incisos do Código Penal. Por isso, o Acordo Internacional em Matéria Penal entre ambos os países teria objeto específico, tornando a Cooperação Jurídica Internacional muito mais eficiente.

Palavras-chave: *Dekassegui*. Cooperação Jurídica Internacional. Acordo em Matéria Penal entre Brasil e Japão. Inextraditabilidade de Brasileiros.

¹ Sheila Ishibashi Moriki

TRIBUTAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. O DIREITO DE ISENÇÃO DE IMPOSTOS À PESSOA PORTADORA DE CÂNCER.

*Juliana Une Lobato e Cláudia Ishiki Himeno¹
Prof. Dr. Ageu Libonati Júnior²*

Resumo: O presente trabalho procurou identificar quais isenções poderão ser concedidas aos portadores de neoplasia maligna (câncer) e em quais condições. Foram identificados princípios que servem de base para que sejam entendidas e concedidas tais isenções como sendo um direito, por exemplo, o princípio da dignidade da pessoa humana que possui origem na Declaração Universal dos Direitos Humanos bem como na legislação Nacional, passando pela Constituição Federal de 1988 e seguindo à lei infraconstitucional (CNT), estadual e municipal. Algumas isenções, por exemplo, sobre IOF, IPI, ICMS, IPVA e IR, poderão ser concedidas aos portadores de neoplasia maligna (câncer) desde que atendidos os requisitos legais, que durará o tempo necessário para suprir o estado deficiente do indivíduo, podendo se tornar definitivo ou não. O que algumas vezes ocorre é a não utilização desses benefícios pelos portadores de neoplasia maligna por falta de informação, uma vez que só têm ciência do direito ao benefício quando informados por seus médicos ou por alguém que conheça sua existência. Existem divulgações como por exemplo a Cartilha dos Direitos do Paciente com Câncer- Uma compilação do Departamento Jurídico do A.A. Camargo Câncer Center e Direitos e Benefícios aos portadores de Câncer produzido pela Ordem dos Advogados do Brasil, mas não circulam com grande popularidade fazendo com que o portador da deficiência tenha o direito, porém desconhecendo-o, o que seria o mesmo que não ter. Neste caso, a isenção prevista em lei não passaria de um direito guardado.

Palavra-chave: Tributação, Direitos Humanos, Portadores de câncer, isenção.

¹ *Juliana Une Lobato e Cláudia Ishiki Himeno* / ² *Prof. Dr. Ageu Libonati Júnior*

UM ESTUDO SOBRE AS EXPECTATIVAS DOS CLIENTES FRENTE AO CONTEUDO DAS EMPRESAS NAS REDES SOCIAIS

*Matheus Vieira de Souza¹
Prof. Dr. José Ricardo Scareli Carrijo²*

Resumo: Este artigo apresenta um estudo sobre a forma como as pessoas avaliam as páginas empresariais nas redes sociais. Foi aplicado um questionário a 66 pessoas, cujo intuito era saber se elas têm acesso à internet, se tem acesso às redes sociais e se lá buscam páginas empresariais, quando buscam, e quais informações julgam úteis e mais relevantes.

Palavras-chave: Redes Sociais, Marketing Digital, Marketing Colaborativo.

¹ *Matheus Vieira de Souza (Acadêmico)* / ² *Prof. Dr. José Ricardo Scareli Carrijo do Curso de Administração (Orientador)*

UM MÉTODO COM PROGRAMAÇÃO EM LÓGICA PARA DESPACHO DE VEÍCULOS AUTOGUIADOS NO AMBIENTE DE MANUFATURA

*Cleverson Moreira de Souza¹
Rafael Stoffalette João²*

Resumo: Os Sistemas de Manufatura possuem o objetivo de aumentar a produtividade e caracterizam-se pelos seus níveis de flexibilidade e desempenho econômico. O controle das operações no chão de fábrica depende de um bom sistema de transporte. Os veículos autoguiados são utilizados para alcançar esse desempenho, mas há um grande problema na definição das regras de despacho. Este artigo apresenta um método para despacho de veículos autoguiados baseado em programação lógica que considera o estado do sistema de produção e toma a decisão em tempo real. A lógica computacional é muito utilizada em sistemas inteligentes como uma ferramenta de modelagem do problema quando há necessidade do auxílio da computação na tomada de decisão. Muitas pesquisas vindo sendo desenvolvidas sobre a aplicação da inteligência artificial na automação industrial, e os resultados estão trazendo inúmeras vantagens no desempenho dos sistemas de manufatura quando ao planejamento e controle da produção.

Palavras-chave: Sistemas de manufatura. Veículos autoguiados. Lógica computacional. Programação lógica. Inteligência artificial.

¹ *Cleverson Moreira de Souza* / ² *Rafael Stoffalette João*